

# ENTRE CRAVOS E CARDOS

Título original:  
*Entre Cravos e Cardos*

© Thomas Fischer, 2024

Revisão:  
Edições Almedina

Capa:  
Joana Fischer

Depósito Legal n.º ?????

ISBN: 978-972-44-2849-9

Paginação:  
Aresta Criativa – Artes Gráficas

Impressão e acabamento:  
?????

para  
EDIÇÕES 70  
abril 2024

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa por

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.  
Rua Fernandes Tomás, 76-80 – 3000-167 Coimbra – Portugal  
e-mail: editoras@grupoalmedina.net

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida,  
no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado,  
incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização do Editor.  
Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível  
de procedimento judicial.

**ENTRE  
CRAVOS  
E  
CARDOS**

**THOMAS FISCHER**





*Para a Sofia e o Dani*



## ÍNDICE

Capítulo 1	Boas-vindas, parabéns... e condolências . . . . .	11
Capítulo 2	O fascínio do «flower power» português . . . . .	17
Capítulo 3	No Carocha a caminho do sol e da liberdade . . . . .	31
Capítulo 4	O dia a dia na máquina do tempo e um olhar de cima . . . . .	55
Capítulo 5	O bem-estar emprestado. . . . .	83
Capítulo 6	Viagens a um país que deixou de existir . . . . .	109
Capítulo 7	As entrelinhas da simpatia e os sons do silêncio . . .	149
Capítulo 8	O culto da distância social. . . . .	163
Capítulo 9	Uma língua fora de moda — e uma língua cada vez mais <i>in</i> . . . . .	173
Capítulo 10	Um Estado bipolar entre a santa burocracia e o Simplex . . . . .	185
Capítulo 11	Na república do futebol . . . . .	197
Capítulo 12	As ilusões acerca da «vacina portuguesa» . . . . .	207
Capítulo 13	Um país dos sábios, santos e sebastiões. . . . .	229
Capítulo 14	Portugal e Espanha — tão próximos, tão diferentes	243
Capítulo 15	Entre brilho e batota, sempre à espera de milagres — a economia . . . . .	261

ENTRE CRAVOS E CARDOS

Capítulo 16	Mulheres e homens entre preconceitos e progresso	291
Capítulo 17	Entre o fado e alguma felicidade . . . . .	307
Capítulo 18	Olhares de fora e de dentro . . . . .	321
Capítulo 19	Uma revolução para ficar no museu? . . . . .	349
Capítulo 20	Português, mas sempre estrangeiro . . . . .	373
	Muito obrigado, <i>vielen Dank</i> , <i>¡muchas gracias!</i> . . . . .	385



## CAPÍTULO 1

# BOAS-VINDAS, PARABÉNS... E CONDOLÊNCIAS

*Depois de ter vivido três décadas e meia em Portugal, decidi pedir a minha naturalização. Nem todos os meus amigos compreenderam o meu desejo de me tornar português.*

Vinte meses. Mais precisamente 610 dias. Foi este o tempo que durou o meu processo de naturalização em Portugal. Em 29 de janeiro de 2019, entreguei o respetivo pedido com toda a documentação, mas o processo só terminou em 30 de setembro de 2020, quando o pedido foi deferido, ainda a tempo de obter, apesar dos prazos apertados, o cartão de cidadão, indispensável para votar nas eleições presidenciais de janeiro de 2021 (sendo que, antes de me naturalizar, só podia votar nas eleições autárquicas e europeias). Partilhei a informação sobre a minha naturalização no Facebook. Eis uma pequena seleção das reações de amigas e amigos.

**Celso**

Como português, não terias paciência para tanto de espera e de labirínticas burocracias. Ainda bem que não o eras para o seres agora. Bem-vindo. Abraço 🤗

**Alberta**

Parabéns pela persistência, não sei se Portugal te merece. Que sejas muito feliz. Ah, gaita, agora já não dá, já és como nós, vai ser sempre o vai-se andando com a porra da nostalgia. 😊

**Paulo**

Bem te avisei que comigo tinham sido 2 anos... agora bebe uns bons tintos portugueses para comemorar.

**Cândida**

Agora não comeces a chegar atrasado a todo o lado...

**Paulo**

Desafinado sempre. É do que precisamos. Grande abraço, Thomas.

**Dulce**

Parabéns, Português! (Falta saber se Portugal te merece... Mas isso é outra conversa!)

**Maria**

610 dias? Não há direito. Parabéns, Thomas. Portugal fica melhor contigo

## ENTRE CRAVOS E CARDOS

**Gualter**

Tens uma grande vantagem: já sabias o que custa ser português. E mesmo assim quiseste ser. Agora aguenta-te. Mas bem-vindo. É bom saber que há pessoas com ideais nobres que estão dispostas a lutar por eles ao nosso lado. Grande abraço portuga.

**Isabel**

Finalmente, esse processo acabou! Já és português há muitos anos!

**Jorge**

Uff. Finalmente!!

**Teresa**

Já não era sem tempo. Bem-vindo ao nosso Portugal!

**Graça**

Parabéns!!!! E agora vais adotar o sotaque de que região?

**Raquel**

Parabénssssssssss mega orgulho és um português bem catita meu amigo 🇵🇹🏃🏃🏃🏃🏃

**Isabel**

És mesmo um fado bem português 😊 Nada desafinado

**Paula**

Que belo português! Já eras! 😊❤️

**Artur**

É caso para dar parabéns, mas ainda falta o cartão de cidadão. Mais três meses de espera? Abraço

**Estela**

Parabéns!!!! Agora aguenta-te!

**Luísa**

Fazia parte do processo 😊 É como nos recrutamentos: depois das entrevistas e testes, descontrais e vais almoçar. Só mais tarde ficas a saber que o almoço também era um «teste»...

**Tânia**

Parabéns ❤️❤️❤️ estou muito feliz por ti ☆

**Lara**

Não sei se é caso para dar parabéns.

Por último, a reação de um vizinho no meu bairro em Lisboa. Em plena pandemia, com regras sobre o distanciamento social, estavam cinco ou seis homens a conversar animadamente à porta de um pequeno café no bairro. Estavam muito próximos uns dos outros, e só um deles usava máscara de proteção. Aproximei-me de um deles, com quem já tinha conversado várias vezes: «Vocês não estão preocupados, tão próximos uns dos outros, sem distanciamento e quase ninguém com máscaras?» A resposta: «Tu agora és português e já não podes preocupar-te com estas coisas.»



## CAPÍTULO 2

# O FASCÍNIO DO «FLOWER POWER» PORTUGUÊS

*Não foi só em Portugal que o 25 de Abril semeou esperança. Quem eram os jovens alemães que, como eu, ficaram deslumbrados com os acontecimentos no país mais pobre da Europa ocidental?*

Um golpe militar podia ter encanto? Podia e pode, basta recordar aquele que foi, muito provavelmente, o golpe militar mais bonito de que há memória, aquele que se deu precisamente em Portugal. No dia 25 de abril de 1974, um levantamento das Forças Armadas que viria a dar início à chamada «Revolução dos Cravos» derrubou um regime fascista de 48 anos, a mais antiga ditadura da Europa ocidental.

Eu tinha 19 anos e morava na cidade de Colónia, na República Federal Alemã (RFA), onde tinha começado, seis meses antes, a frequentar uma escola de jornalismo, e ainda iria tirar, em paralelo, um curso universitário de Economia e Sociologia. Vivia numa *Wohngemeinschaft*, uma comunidade de cinco estudantes, semelhante ao que se chamaria «república» em Portugal. Éramos raparigas e rapazes recém-saídos das casas dos pais, à procura de novos horizontes, partilhando o dia a dia e os sonhos, sonhos quer de natureza pessoal quer política. Após dois anos, mudámos de casa, arrendámos um prédio inteiro, no qual passámos a ser sete e, às vezes, até oito pessoas, quase todas adeptas de alguma esquerda e com a

ideia de praticar uma espécie de socialismo na vida privada. Claro que olhávamos para o mundo lá fora, torcendo pelo fim da guerra no Vietname e pelo derrube das várias ditaduras no sul da Europa — em Espanha, na Grécia e em Portugal. Foi uma enorme surpresa para nós que, dessas três ditaduras, a portuguesa tenha sido a primeira a ruir, além do mais, de uma maneira tão surpreendente e até fascinante.

Em Espanha, definhava lentamente o decrépito regime do «Caudillo» ou «Generalísimo» Francisco Franco, estabelecido na sequência da guerra civil de 1936 a 1939. Enquanto em Espanha se esperava pela morte de Franco (que ocorreria em novembro de 1975), e a ditadura na Grécia era chamada «regime dos coronéis», em Portugal o derrube de uma ditadura muito mais antiga, de quase 48 anos, foi desencadeada por capitães na casa dos 30. «Não confies em ninguém com mais de 30» (em alemão, *trau keinem über 30*) tinha sido um célebre *slogan* do tempo das revoltas estudantis dos anos de 1960 na Alemanha Federal. Fernando Salgueiro Maia só tinha 29 anos quando forçou a rendição de Marcello Caetano no Quartel do Carmo, em Lisboa. Uma grande parte dos restantes protagonistas do 25 de Abril já passara os 30, mas isso em nada reduziu o nosso encanto com este golpe planeado e executado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA).

### **Na Alemanha Federal, entre a esperança e a desilusão**

A notícia do golpe chegou-nos num tempo de alguma desilusão na Alemanha Federal, onde a esperança numa verdadeira viragem à esquerda se ia perdendo. O país estava em movimento, isso sim. Em 1967/1968, as grandes revoltas estudantis tinham abalado o país. Em 1969, ano em que também se revoltaram os estudantes em Coimbra, seguir-se-ia na RFA uma mudança de governo, com



a tomada de posse como chanceler federal (*Bundeskanzler*, o equivalente a primeiro-ministro) de Willy Brandt, o então líder do Partido Social Democrata (SPD, homólogo do PS português, fundado uns anos depois). Brandt iria chefiar um governo de coligação de centro-esquerda até à sua demissão em maio de 1974, tendo sido substituído por Helmut Schmidt, também do SPD.

Nas duas décadas anteriores, todos os governos federais tinham sido chefiados por políticos do Centro Democrático Cristão (CDU), partido de direita. Nesses anos, a RFA manteve boas relações com o regime de António de Oliveira Salazar, reconhecidamente uma ditadura, mas à qual se aplicava o adjetivo «suave». Em 1960, os dois países selaram um acordo de cooperação militar. A RFA construiu e utilizou uma base aérea para treino de pilotos em Beja (que funcionou até 1994) e forneceu a Portugal material de guerra que as Forças Armadas Portuguesas usavam nas colónias em África (apesar de, segundo a leitura alemã dos respetivos acordos, o equipamento se destinar apenas ao território da NATO, do qual não faziam parte, na ótica alemã, as colónias em África). Entre 1966 e 1968, a RFA foi representada em Portugal por um embaixador que era visto como admirador de Salazar e cuja carreira diplomática teve um fim abrupto. O embaixador foi aposentado à pressa quando se soube que tinha trabalhado, no tempo do regime nazi, na secção de questões judaicas do Ministério de Negócios Estrangeiros.

Mas, em 1969, chegou a hora do social-democrata Brandt. «Mehr Demokratie wagen» (ousar mais democracia) foi uma das emblemáticas promessas de Brandt, cujo governo viria ainda a combater as desigualdades na sociedade, a aumentar as prestações sociais e a facilitar o acesso das filhas e dos filhos de famílias desfavorecidas ao ensino secundário e superior. Brandt iria ainda propor o fim da «guerra fria». Para este fim, promoveu a «Entspannungspolitik», a política que visava a redução de tensões políticas e militares com o então Bloco de Leste, através do diálogo com a União Soviética,

com a Polónia e, por fim, com a Alemanha de Leste, a República Democrática Alemã (RDA). Antes disso, a RFA tinha recusado reconhecer a perda, após a derrota da Alemanha nazi na Segunda Guerra Mundial, de vastos territórios do Leste para a Polónia e a União Soviética e de alguns territórios para a Checoslováquia, e não reconhecia a RDA como Estado soberano. Nos chamados «Ostverträge», tratados de leste, negociados com a União Soviética e a Polónia, a RFA acabou por quebrar um tabu, reconhecendo as fronteiras pós-guerra, conferindo um duro golpe às aspirações da direita de o país vir a recuperar os territórios perdidos. A direita falava em traição e numa venda da pátria.

No entanto, a esperança de ver o país ousar mais democracia veio misturar-se com uma crescente desilusão com tentativas de marginalizar as forças políticas à esquerda do SPD. Em 1968, tinha-se refundado, com uma nova sigla (DKP, em vez de KPD), o Partido Comunista, que o Tribunal Constitucional ilegalizara em 1956. Tendo em conta a proximidade da chamada Cortina de Ferro que dividia a Europa e funcionava como espantelho anticomunista, o novo partido nunca conseguiu grande implantação eleitoral. Mesmo assim, a sua existência não deixou de causar inquietação nos partidos tradicionais, numa altura em que se começava a dialogar com os países de leste, que já não se podia diabolizar tão facilmente como antes. Por isso, os partidos e outras organizações à esquerda do SPD eram vigiados, até com recurso a agentes infiltrados, e aos seus ativistas poderia ser vedado o acesso a empregos na função pública, como, por exemplo, os de professor, carteiro ou maquinista de comboio. Em vez de ilegalizar organizações, intimidavam-se militantes e ativistas.

O Estado foi criando novos mecanismos e novas facilidades para o controlo dos cidadãos, alegando a necessidade de reforçar a «innere Sicherheit», a segurança interna. Serviam de pretexto, em primeiro lugar, alguns atentados terroristas cometidos pelo